

ATA NÚMERO 218/XII (4.ª)

Aos dezoito dias do mês de março de 2015, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 HORAS:

Audição do Professor Dr. Manuel Pinto, Professor do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, no âmbito da discussão do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª), que regula a promoção da transparência e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

11:00 HORAS

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

Apreciação e votação do parecer sobre o pedido de suspensão do mandato do Deputado João Semedo (BE), com efeitos desde 13 de março de 2015, inclusive;

2 — Distribuição da proposta de lei n.º 289/XII (4.ª) - Estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à distribuição da publicidade institucional do Estado em território nacional através dos órgãos de comunicação social locais e regionais:

Relator (a): Deputado (a) (PSD);

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 210, 215, 216 e 217.

O Sr. Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Pedro Lynce, agradeceu a presença do Professor Manuel Pinto, Professor do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, disse que a audição tinha lugar no âmbito da apreciação do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) — Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social —, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição inicial do Professor Manuel Pinto, por um período de 10 minutos, a quem deu de seguida a palavra.

O Professor Manuel Pinto iniciou a sua intervenção sublinhando os aspetos mais relevantes do diploma em análise, transmitindo de seguida a sua posição sobre a matéria em análise.

Disse que muitas vezes a questão da transparência era colocada como uma espécie de arma de arremesso relativamente aos proprietários dos meios de comunicação social e que essa talvez fosse a pior forma de colocar o problema; que, havendo interesses não coincidentes, esta questão tinha de ser analisada muito mais na perspetiva de criar uma cultura de responsabilidade e de transparência, valor essencial para um outro ainda mais alto, e que sustém as próprias sociedades, e que é a valor da confiança; que sem um sentimento de confiança na informação que nos é dada diariamente podia-se pôr em causa a própria vida social e a democracia, sendo esse, de facto o fundamento, o enraizamento e o sentido de um diploma deste tipo, independentemente da configuração concreta que ele possa vir a ter.

Disse também que se vive num tempo de acelerada recomposição daquilo a que se pode chamar «ecologia mediática» e comunicacional; que hoje a realidade comunicacional passa pelos *media* no sentido técnico do termo, mas também pela multiplicidade de formas de comunicação emergentes, tirando partido das tecnologias digitais e das redes digitais, novas soluções e novas modalidades de comunicação entre as pessoas; que não se pode olhar para estes problemas isoladamente; que a União Europeia tem vindo a fazer um esforço nesta matéria e que esta iniciativa encontra-se inscrita num movimento mais vasto, justificado pelo facto de a propriedade ser cada vez mais transfronteiriça e até global; e que não acredita numa medida destas tomada isoladamente.

Referiu igualmente que a transparência era uma condição essencial para a monitorização do grau de concentração dos meios de comunicação social e do pluralismo dos *media* e, em última

análise, da própria liberdade de expressão e publicação da informação e que o direito a uma informação fiável era crucial.

Quanto à questão do registo prevista no projeto de lei em análise, defendeu ser necessário processos bem definidos sobre a propriedade e os interesses que se movem à sua volta; que era imperioso que a informação fosse tratada, como, por exemplo, através das bases de dados, publicada, disponível e atualizada.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS), Rosa Arezes (PSD) e João Ramos (PCP), às quais o Professor Manuel Pinto respondeu no final de cada intervenção.

O Senhor Presidente deu por encerrada a audição às 11 horas e 15 minutos.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150318cpecc.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, foi aprovado por unanimidade o parecer sobre o pedido de suspensão do mandato do Deputado João Semedo (BE), com efeitos desde 13 de março de 2015, inclusive, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE.

No âmbito do segundo ponto da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PSD indicou como relator do parecer da proposta de lei n.º 289/XII (4.ª) — Estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à distribuição da publicidade institucional do Estado em território nacional através dos órgãos de comunicação social locais e regionais — o Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) solicitou a palavra para deixar registado em ata o protesto do seu Grupo Parlamentar quanto à sistemática entrega tardia por parte do Governo dos diplomas a ser discutidos na Assembleia da República, solicitando-se quase sempre a urgência da sua discussão.

Por último, foram aprovadas por unanimidade as Atas n.ºs 210, 215, 216 e 217, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150318_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 18 de março de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

—
Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
André Pardal
Clara Marques Mendes
Inês de Medeiros
João Ramos
Maria da Conceição Caldeira
Paula Gonçalves
Pedro Lynce
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Sérgio Azevedo
Adelaide Canastro
João Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Jacinto Serrão
Joana Barata Lopes
Lídia Bulcão
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório
João Portugal
Mónica Ferro
Paulo Almeida

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 15/04/2015.